

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 313.782 - SP (2013/0072472-8)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : **VICTOR GUSTAVO NEVES ROLIM**
ADVOGADOS : **ROBERTO SEIXAS PONTES E OUTRO(S)** - SP059481
LEONARDO AFONSO PONTES - SP178036
AGRAVADO : **ANTONIO SCASSI - ESPÓLIO**
REPR. POR : **MARIA TEREZA ROBERTO - INVENTARIANTE**
ADVOGADOS : **WILLIAM ANTÔNIO SIMEONE E OUTRO(S)** - SP145197
JOSE LAERCIO ARAUJO - SP138164

DECISÃO

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, interposto por VICTOR GUSTAVO NEVES ROLIM contra v. acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

"INEXISTÊNCIA DE NEGÓCIO JURÍDICO.

Compromisso de venda e compra de imóvel rural, de valor histórico de R\$ 150.000,00. Conjunto de circunstâncias indicativas da inexistência, ou quando muito, de nulidade do negócio jurídico por simulação.

Dúvida fundada sobre a autenticidade da assinatura do promitente vendedor, como se constata de sóis laudos periciais juntados aos autos. Falta de prova mínima do pagamento do preço por parte do promitente comprador de elevado valor, que diz ter pago em dinheiro, com recursos que não saíram e nem entraram nos patrimônios das partes. Manifesta simulação, diante da admissão, por parte do promitente comer dor, em depoimento prestado em ação penal, que nada comprou e nada pagou, mas foi induzido por seu cunhado e li inexistência advogado a assinar o contrato. Ação de de negócio jurídico procedente. Ação de adjudicação compulsória improcedente, com condenação do promitente comprador por litigância de má-fé. Recurso improvido.

PROCESSO CIVIL. Ausência de nulidade por cerceamento de defesa, pois a lide se encontrava madura para julgamento com a prova pericial.

Possibilidade de utilização de prova emprestada colhida sob o crivo do contraditório em ação penal, no qual o real beneficiário do negócio inválido era o acusado.

Nulidade do negócio jurídico que pode ser reconhecida incidentalmente pelo juiz, desde que provocado pelas partes."
(e-STJ, fl. 1.271)

Superior Tribunal de Justiça

Os embargos de declaração foram rejeitados, fls. 1.293/1.299.

Nas razões do recurso especial, a ora agravante alega violação dos arts. 14, 16, 17, 18, 20, 130, 135, 145, 330, 332, 333, 420, 422, 423, 424, 427, 429, 434, 439, 436, 463, 468, 471 e 535 do Código de Processo Civil/73; 104, 112 e 145 do Código Civil.

Sustenta, em síntese, a) negativa de prestação jurisdicional; b) *"ocorrência de flagrante cerceamento de defesa dado o precoce indeferimento da intentada produção de prova oral"* (e-STJ, fl. 1.304); c) *"o feito fora conduzido por magistrado nitidamente suspeito"* (e-STJ, fl. 1.307); d) *"a r. sentença que julgou procedente a ação e declarou a nulidade do contrato de compromisso de compra e venda, o fez a partir de causa de pedir diferente daquela posta na inicial, devendo, por esta razão, ser considerada nula, uma vez que ofendeu o princípio da congruência"* (e-STJ, fl. 1.311); e) *"vê-se que o perito que elaborou o segundo laudo pericial, Aguinaldo Maciel Barbosa, não possui qualificação profissional para a realização de perícia grafotécnica, razão pela qual aquele laudo não merece ser considerado"* (e-STJ, fl. 1.314); f) é imprestável a prova empestada produzida; g) Insurge-se quanto à multa por litigância de má-fé; e h) *"sejam minoradas as verbas sucumbenciais exageradamente arbitradas"* (e-STJ, fl. 1.321).

Contrarrazões apresentadas às fls. 1.366/1.369.

É o relatório. Passo a decidir.

Cumpre salientar que o presente recurso será examinado à luz do Enunciado 2 do Plenário do STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça"*.

Inicialmente, o apelo não merece conhecimento no tocante à alegada infringência ao art. 535 do CPC/73, na medida em que o ora embargante não indicou qual vício, apesar de devidamente provocado nos embargos de declaração, não fora sanado pelo eg. TJ-SP, no julgamento dos aclaratórios. Assim sendo, trata-se de alegação genérica de violação ao art. 535 do CPC/73, o que representa deficiente fundamentação recursal,

atraindo o óbice da Súmula n. 284/STF, aplicada por analogia. Nesse sentido, confirmam-se os seguintes julgados:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/1973. ALEGAÇÕES GENÉRICAS. SÚMULA 284 DO STF. CERCEAMENTO DE DEFESA. SÚMULA 7 DO STJ. AUXÍLIO FUNERAL. ESPÓLIO. ILEGITIMIDADE ATIVA. SÚMULA 83 DO STJ. PLANO DE SAÚDE. COBERTURA. DOENÇA PREEXISTENTE. SÚMULA 7 DO STJ. REEMBOLSO. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ.

1. O recurso não demonstra qual seria o ponto omissso, contraditório ou obscuro do acórdão recorrido, não se conhecendo da alegada violação do artigo 535 do Código de Processo Civil de 1973. Incidência, por analogia, do entendimento da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal.

(...)

4. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no AREsp 1027126/SP, Rel. **Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, julgado em 05/10/2017, DJe 18/10/2017 - grifou-se)

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ART. 535 DO CPC/1973. ALEGAÇÃO GENÉRICA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 284 DO STF. COMPRA E VENDA. COMISSÃO DE CORRETAGEM INDEVIDA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. Considera-se deficiente, a teor da Súmula n. 284 do STF, a fundamentação do recurso especial que alega violação do art. 535 do CPC/1973, mas não demonstra, clara e objetivamente, qual o ponto omissso, contraditório ou obscuro, do acórdão recorrido, não solucionado no julgamento dos embargos de declaração.

(...)

4. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no AREsp 288.217/RS, Rel. **Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**, QUARTA TURMA, julgado em 21/09/2017, DJe 04/10/2017 - grifou-se)

A Corte local consignou que a dilação probatória pretendida era absolutamente prescindível ao deslinde da questão que já se encontrava em condições para ser posta em julgamento, bem como que o fundamento central da sentença é a falsidade da

assinatura do falecido promitente vendedor do imóvel, tema de natureza eminentemente técnica, a ser elucidado, como o foi, por prova pericial grafotécnica. À título elucidativo, colacionam-se os seguintes excertos do v. acórdão vergastado:

"A primeira preliminar argüida no cerceamento de defesa não colhe, pois o fundamento central da sentença é a falsidade da assinatura do falecido promitente vendedor do imóvel, tema de natureza eminentemente técnica, a ser elucidado, como o foi, por prova pericial grafotécnica. Parece claro que depoimentos de testemunhas são insuficientes para desfazer a conclusão de prova pericial do segundo laudo oficial, acolhida pelo MM. Juiz, que concluiu no sentido da falta de autenticidade de assinatura aposta no contrato." (e-STJ, fls. 1.273/1.274)

No mesmo sentido do acórdão recorrido é o posicionamento jurisprudencial desta Corte de Justiça acerca do livre convencimento motivado do juiz em realizar o julgamento antecipado da lide quando compreender que as provas postuladas são inúteis ou protelatórias para a resolução da controvérsia.

Sobre o tema, colaciona-se a seguinte ementa:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DANO AMBIENTAL. COLÔNIA DE PESCADORES. ALEGAÇÃO DE NULIDADE. JULGAMENTO ANTECIPADO. LIVRE CONVENCIMENTO. PRODUÇÃO DE PROVAS. DESNECESSIDADE. PEDIDO FORMAÇÃO DE LITISCONSÓRCIO PASSIVO. AFASTADO. DANO MATERIAL DEMONSTRADO. ATIVIDADE PESQUEIRA DEVIDAMENTE DEMONSTRADA. SÚMULA 7 DO STJ. DANO MORAL. MANUTENÇÃO. JUROS MORATÓRIOS. TERMO INICIAL. SÚMULA 54 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. A insurgência do recorrente sobre a necessidade de produção de provas, demandaria, necessariamente, no reexame do conjunto probatório, o que é vedado na instância especial, segundo dispõe a Súmula 7/STJ.

2. É firme o entendimento do STJ no sentido de que "o magistrado é o destinatário da prova, competindo, portanto, às instâncias ordinárias exercer juízo acerca da imprescindibilidade daquelas que foram ou não produzidas, nos termos do art. 130 do CPC" (AgRg no AREsp 837.683/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 17/3/2016, DJe 30/3/2016).

3. Desnecessidade de formação de litisconsórcio, por tratar-se de

dano relacionado ao meio ambiente, sendo desnecessária a inclusão de outros entes no polo passivo. Precedentes.

4. Inviável a análise de eventual violação aos dispositivos legais arrolados no apelo nobre, pois da leitura do aresto recorrido, infere-se que o Tribunal de origem erigiu seu entendimento totalmente calcado nas provas dos autos, valendo-se delas para concluir pela procedência do pedido da parte agravada. Incidência da Súmula 7 do STJ.

5. Não estando configurado que o valor da indenização por danos morais tenha sido fixada de modo excessivo, não cabe examinar a justiça do valor fixado a tal título ante o óbice da Súmula 7 do STJ. Precedentes.

6. Nos termos da Súmula 54/STJ, os juros moratórios incidem a partir do evento danoso.

7. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 941.039/RJ, Rel. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 03/10/2017, DJe 05/10/2017)

Nesse contexto, a modificação de tal entendimento lançado no v. acórdão recorrido demandaria o revolvimento de suporte fático-probatório dos autos, o que é inviável em sede de recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula 7 deste Pretório.

Com relação à alegação de suspeição, a Corte de origem manifestou-se nos seguintes termos:

"De igual modo, débil a segunda preliminar, de suspeição do Magistrado que proferiu a sentença, diante de seu posicionamento e prejulgamento do feito em decisões interlocutórias. O tema, é bom dizer, já foi agitado pelo recorrente, que suscitou e perdeu exceção de suspeição perante a Câmara Especial deste Tribunal de Justiça. O V. Acórdão que rejeitou a exceção de 11 suspeição, Relatado pelo Eminentíssimo Desembargador e ex-Presidente desta Corte José Elias Tâmbara, fez constar o seguinte: "A simples prolação de decisões interlocutórias contrárias aos interesses do excipiente se mostra insuficiente para sugerir eventual parcialidade" (Exceção de suspeição no. 166202- 0/4-00, fls. 624 e seguintes destes autos). Elementar e pacífico em nossos tribunais que "para que se caracterize a parcialidade do Juiz, não basta que este decida reiteradamente contra a pretensão de um dos demandantes. É indispensável que as determinações judiciais sejam movidas por interesses outros, que não o simples convencimento do Magistrado que as proferiu" (...) No caso concreto, o MM. Juiz conduziu com energia e presteza o feito,

convencido da gravidade dos fatos denunciados na inicial e provados no curso da instrução, sem que isso, porém, revele o mais pálido indício de interesse na causa.

Foram interpostos quase uma dezena recursos de agravos de instrumento contra as decisões interlocutórias, alguns providos, outros desprovidos, de modo que eventuais e foram reparados por este Tribunal de Justiça.

Não bastasse, a tese da suspeição do MM. Juiz já foi apreciada e negada por este Tribunal de Justiça, de modo que sem qualquer fato superveniente que a robore, se encontra coberta pela preclusão." (e-STJ, fls. 1.274/1.275)

Por sua vez, da leitura das razões postas no apelo nobre, verifica-se que a ora recorrente deixou de refutar o fundamento ora transcrito. Nesse cenário, tem-se que o apelo nobre esbarra na Súmula n. 283/STF, pois não impugnou fundamento autônomo e suficiente para manter, por si só, o v. acórdão estadual nessa parte. Nessa linha de intelecção, destacam-se os seguintes julgados:

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PERSONALIDADE JURÍDICA.DESCONSIDERAÇÃO. CITAÇÃO. NULIDADE. PRIMEIRO RÉU. CITAÇÃO POR EDITAL. LOCAL INCERTO. REEXAME. SÚMULA N. 7/STJ. SEGUNDO RÉU. COMPARECIMENTO ESPONTÂNEO. IMPUGNAÇÃO. SÚMULA N. 283/STF. FRAUDE CARACTERIZADA. INTENÇÃO DE NÃO PAGAR CREDORES. IMPUGNAÇÃO. ARTIGO 1.021, § 1º, DO CPC. SÚMULA N. 182/STJ. NÃO CONHECIMENTO.

1. A ausência de impugnação a fundamento bastante do acórdão estadual atrai o óbice de que trata o enunciado n. 283 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

(...)

4. Agravo interno não conhecido."

(AgInt no REsp 1574437/MG, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 19/10/2017, DJe 27/10/2017 - grifou-se)

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REAVALIAÇÃO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA N. 283 DO STF. DECISÃO MANTIDA.

(...)

3. O recurso especial que não impugna fundamento do acórdão recorrido suficiente para mantê-lo não deve ser admitido, a teor

da Súmula n. 283/STF.

(...)

6. Agravo interno a que se nega provimento, com majoração de honorários sucumbenciais."

(AgInt no AREsp 1034507/SP, Rel. **Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**, QUARTA TURMA, julgado em 29/08/2017, DJe 05/09/2017 - grifou-se)

No que diz respeito à prova emprestada a Corte local consignou, na oportunidade, o seguinte:

"Também não vinga a preliminar de impossibilidade da utilização de prova emprestada de ação penal que corre pela mesma Comarca e perante o mesmo Juiz, relativa aos mesmos fatos, para instrução desta ação cível.

A prova impugnada foi emprestada de ação penal que visa à apuração dos mesmos fatos, colhida sob a garantia do contraditório. Pode-se argumentar que o réu na ação penal é o advogado Eduardo Donizeti Vilas Boas Bertocco, enquanto o réu nesta ação cível é o seu cunhado Victor Gustavo Neves Rolim.

Sucedo, porém, que o próprio réu e recorrente Victor admite, sem rebuços, que o contrato de compromisso de compra e venda, cuja existência se discute, está eivado de simulação relativa, pois o real adquirente do imóvel foi o seu cunhado e advogado Eduardo V. B. Bertocco.

Disso decorre que a prova colhida na penal produziu efeitos plenos, com garantia do contraditório, contra o real beneficiário do negócio, embora não figure como parte formal nesta demanda. (...) O Superior Tribunal de Justiça tem entendido então remansoso quanto à possibilidade e licitude da utilização de prova colhida no processo criminal na ação cível relativa ao mesmo fato (...)

Não me impressiona o argumento do recorrente, no sentido de que a ação penal condenatória ainda não transitou em julgado. Isso porque não se utiliza a sentença penal condenatória pendente como esteio da condenação cível, mas sim os depoimentos de testemunhas lá colhidos, imutáveis qualquer que seja o resultado da ação criminal." (e-STJ, fls. 1.275/1.276)

É assente o entendimento desta Corte Superior sobre a admissibilidade de prova emprestada, uma vez observado o devido contraditório, ainda que as partes não tenham participado do feito para o qual a prova será trasladada (EResp n. 617.428-SP, Relatora a Ministra Nancy Andrighi, Corte Especial, DJe de 17/6/2014).

O Tribunal de origem afastou expressamente a alegação de inobservância do princípio da congruência nos seguintes termos:

"Rejeito, finalmente, a preliminar de inobservância do princípio da congruência, sob o argumento de que a inicial se baseou apenas na falta de autenticidade da assinatura do alienante, de modo que não poderia a sentença apoiar-se e outros fundamentos para decretar a nulidade do negócio.

O compromisso de venda e compra objeto de alegação de nulidade e de inexistência foi celebrado no ano de 2.004, na vigência, portanto, no novo Código Civil.

Disso decorre que a simulação é causa de nulidade do negócio jurídico, a teor do artigo 167 do Código Civil.

Como é elementar, a nulidade é de ordem pública, e por isso não convalida-se pelo decurso do tempo, podendo ser alegada por qualquer por qualquer interessado e, na forma do artigo 168, parágrafo único do Código Civil, "pronunciadas pelo juiz, quando conhecer do negócio jurídico ou de seus efeitos e as encontrar provadas". (e-STJ, fls. 1.277/1.278)

Conforme o entendimento consolidado neste Tribunal, quando o juiz tiver de decidir independentemente de pedido da parte ou interessado, o que ocorre, por exemplo, com as matérias de ordem pública, não incide a regra da congruência. Isso quer significar que não haverá julgamento extra, infra ou ultra petita quando o juiz ou tribunal pronunciar-se de ofício sobre referidas matérias de ordem pública.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA. QUESTÕES DE ORDEM PÚBLICA. REMESSA NECESSÁRIA. ALTERAÇÃO. POSSIBILIDADE.

1. Não há violação do art. 535 do CPC/1973 quando o órgão julgador, de forma clara e coerente, externa fundamentação adequada e suficiente à conclusão do acórdão embargado.

2. As questões relativas à correção monetária e aos juros de mora são de ordem pública e, por isso, devem ser conhecidas ou modificadas de ofício em sede de remessa necessária, sem importar em ofensa ao princípio da congruência e, por conseguinte, da non reformatio in pejus.

3. Agravo interno não provido.

*(AgInt no REsp 1555776/PR, Rel. **Ministro GURGEL DE FARIA**, PRIMEIRA TURMA, julgado em 23/09/2019, DJe 25/09/2019 -*

grifou-se)

Avançando, o Tribunal de origem, amparado no acervo fático - probatório dos autos, concluiu pela ausência de demonstração da falta de habilitação técnica e científica do perito a justificar sua destituição, consignando que o perito possui conhecimentos técnicos em grau suficiente para estar a frente dos trabalhos, bem idoneidade e imparcialidade, como se infere da leitura do seguinte trecho do v. acórdão estadual:

"Assim como pareceu ao MM. Juiz, entendo que a fundada dúvida sobre a autenticidade da assinatura do falecido vendedor no contrato de compromisso de compra e venda, aliada às demais circunstâncias suspeitas e pouco usuais à atividade negocial permitem concluir no sentido da inexistência do negócio jurídico. (...)

Prevalecem as conclusões do segundo laudo oficial, acolhidas pelo MM. Juiz, que concluiu no sentido da falta de autenticidade da assinatura do promitente vendedor. O perito judicial que teve o laudo prestigiado é profissional de larga experiência que chefiou departamento da polícia técnica até se aposentar, e seu trabalho, examinado com detalhes na sentença, se reveste de precisão técnica e credibilidade. Somente tal conclusão, em inteiro apóio à análise minuciosa da prova técnica feita na sentença, já seria suficiente para conduzir à inexistência do negócio jurídico, por ausência de elemento essencial do consentimento do alienante.

***Outras circunstâncias indicam a absoluta anormalidade do negócio jurídico, reforçando a conclusão da ocorrência de fraude"** (e-STJ, fls. 1.279/1.280)*

Nesse contexto, concluir de forma diametralmente oposta, como pretende o recorrente em suas razões recursais, no sentido de que o perito não possui qualificação profissional para a realização de perícia grafotécnica, demandaria o revolvimento de suporte fático-probatório dos autos, o que é inviável em sede de recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula 7 deste Pretório.

A propósito:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ERRO MÉDICO. QUALIFICAÇÃO DO PERITO. QUALIDADE DA PERÍCIA. REEXAME DE PROVA.

1. Não se admite o recurso especial quando sua análise depende de reexame de matéria de prova (Súmula 7 do STJ).

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 830.746/SP, Rel. **Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, julgado em 14/03/2017, DJe 20/03/2017)

A orientação do Superior Tribunal de Justiça firmou-se no sentido de que a revisão do valor fixado pelas instâncias ordinárias a título de honorários esbarra no óbice da Súmula n. 7/STJ, a qual somente é relativizada se o *quantum* revelar-se irrisório ou exorbitante, contrariando os padrões de razoabilidade, o que não se evidencia no caso em tela.

In casu, a fixação no montante de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) atende ao princípio da proporcionalidade. Nessa linha de intelecção, confira-se:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SEGURO DE VIDA EM GRUPO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. ACÓRDÃO EM SINTONIA COM O ENTENDIMENTO FIRMADO NO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

(...)

2. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que a majoração ou minoração do valor arbitrado a título de honorários advocatícios enseja o revolvimento de matéria fático-probatória, além das peculiaridades do caso concreto, salvo quando o valor se revelar irrisório ou exorbitante, o que não se verifica no presente caso.

3. Agravo interno não provido."

(AgInt no AREsp 1167778/SP, Rel. **Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 07/12/2017, DJe 13/12/2017, grifou-se)

Por fim, consigne-se que a convicção firmada quanto à má-fé processual do recorrente deu-se com base nos elementos de fatos e provas, o que torna inviável sua desconstituição, em sede de recurso especial, por incidência do óbice da Súmula 7/STJ.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 11 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator